

A Contribuição do Exército Brasileiro na área de Ensino

EDUARDO FERNANDES FERREIRA*

Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)

Sessão do dia 20 de agosto de 1997, em homenagem ao Exército Brasileiro, com a presença dos Exmos. Srs. Gen. Div. PLÍNIO ABREU COELHO, Comandante da 10ª Região Militar; Prof. Dr. ANTÔNIO MARTINS FILHO, Sócio Efetivo e Presidente de Honra do Instituto, Oficiais Gerais da Reserva da Marinha e Exército, dos Comandantes e Oficiais das Unidades da Marinha, Exército e Aeronáutica, Sócios do Instituto, Convidados e Representações Estudantis dos Colégios Militar de Fortaleza e 7 de Setembro.

Palavras do Presidente do Instituto do Ceará - PAULO AYRTON ARAÚJO¹

Já é praxe nesta Casa, prestarmos uma justa homenagem ao nosso Exército nas proximidades do dia 25 de agosto, “Dia do Soldado”, data natalícia do ínclito Marechal LUÍS ALVES DE LIMA E SILVA, Duque de Caxias, único Duque do Império, e que pelo Decreto nº 51.429, de 13 de março de 1962, tornou-se Patrono do Exército Brasileiro, modelo que foi de cidadão, militar e político e a quem muito deve a unidade nacional.

Fortes laços ligam esta Casa ao nosso Exército. Dos 121 sócios efetivos, desde a sua fundação aos dias de hoje, 18 integraram os quadros do

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior, Comandante do Colégio Militar de Fortaleza. Palestra proferida no Instituto do Ceará, na sessão do dia 20 de agosto de 1997, em homenagem ao Exército Brasileiro.

¹ Coronel de Engenharia Professor (Reformado)

magistério dos estabelecimentos de ensino aqui sediados - Escola Militar do Ceará, Colégio Militar do Ceará, Escola Preparatória de Fortaleza e o atual Colégio Militar de Fortaleza, sendo que dois deles foram sócios fundadores deste Sodalício. Dois outros militares pertenceram ao nosso quadro social – Gen. Div. Raimundo Teles Pinheiro e Cel. Virgílio Távora e, atualmente, um terceiro a ele pertence, o Gen. Ex. Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira, ex-Presidente e Membro do Conselho Superior. Nosso Presidente de Honra, Prof. Dr. Antônio Martins Filho pertence à Ordem do Mérito Militar e é portador da Medalha do Pacificador.

Podem parecer estranho que nesta homenagem que o Instituto do Ceará presta ao nosso Exército não recorra a um de seus sócios, todos eles credenciados, para proferir a saudação. Levou-nos a tomar esta decisão o fato de que as Forças Armadas, particularmente o Exército, são extremamente parcimoniosas em divulgar o que realizam, dando à grande maioria dos brasileiros uma falsa visão dos mais diversos serviços que prestam ao País, sobretudo nos momentos de calamidade, além de sua missão constitucional.

No ano passado, o Major Estevão Cals Theophilo Gaspar de Oliveira brindou-nos com uma excelente palestra sobre a participação do Brasil nas Forças da Paz da ONU.

Hoje, o Coronel de Artilharia e Estado-Maior Eduardo Fernandes Ferreira, Comandante do Colégio Militar de Fortaleza, vai proporcionar-nos uma brilhante palestra sobre “*A Contribuição do Exército Brasileiro na Área de Ensino*”².

Introdução

Ao longo do tempo é possível verificar a preocupação constante do Exército Brasileiro no aprimoramento intelectual cultural e na formação técnico-profissional de seus quadros.

A História Militar nos mostra claramente a importância e a prioridade que o Exército sempre dedicou à Área de Ensino, notadamente com a

² Embora a presente palestra conste na Ata da Sessão Ordinária de 20 de agosto de 1997, publicada na Revista do Instituto de 1997 (Tomo CXI: 437) a sua transcrição não foi efetuada na edição correspondente, na seção “Conferências, Palestras e Efemérides”. A presente publicação, visa reparar essa omissão editorial.

criação de inúmeros Estabelecimentos de Ensino, no intercâmbio militar com vários países amigos e na perene busca da modernidade.

Isto vem ocorrendo desde a inauguração da Casa do Trem, passando pela Real Academia Militar, Escola Militar do Realengo e chegando até a Academia Militar das Agulhas Negras dos dias atuais.

Muitos órgãos governamentais, empresas e a sociedade civil como um todo beneficiaram-se com o nosso sistema de ensino e valeram-se ainda das nossas atividades cotidianas, experiências e inovações em diversos campos para se estabelecerem, crescerem e produzirem seus trabalhos com muito sucesso.

A nossa Força Terrestre também contribuiu decisivamente para a formação da cidadania de inúmeras gerações de brasileiros que frequentaram os bancos dos Colégios Militares existentes.

Infelizmente, constatamos com muita apreensão, que são poucos os estabelecimentos de ensino da rede pública ou privada que no dia de hoje se preocupam com o civismo e a formação do cidadão.

Nossa Exército permanece fiel às suas tradições de Ensino e vem cumprindo com muito orgulho e eficiência esta nobre missão patriótica – tão necessária para a evolução do nosso País.

Os senhores irão acompanhar, no decorrer da palestra, que nem tudo correu às mil maravilhas com o Ensino nas nossas escolas. Sofremos alguns tropeços e retrocessos com a implantação das ideias positivistas de Augusto Comte, influenciando negativamente a formação dos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, onde mais tarde, iríamos colher graves insucessos, como na Campanha de Canudos.

Vivemos, também, momentos de incertezas, instabilidades políticas e pressões da sociedade com a onda de pacifismo que invadiu o mundo inteiro no início deste século e que trouxe reflexos altamente negativos para a nossa formação militar.

Soubemos, porém, corrigir os nossos erros a tempo e modificar a linha de ensino positivista e retomamos a nossa vocação militar e ao profissionalismo.

Passaremos então aos principais fatos históricos que redundaram na criação do Sistema de Ensino do Exército e a sua evolução.

Fatos Históricos mais importantes

A Criação da Real Academia Militar (4 Dez 1810)

O ensino militar no Brasil teve suas origens em fins do século XVII (1698) quando as lutas entre Portugal e Espanha e a cobiça das potências marítimas europeias fizeram com que a metrópole voltasse suas forças para a defesa do grande litoral brasileiro e a partir desta necessidade imperiosa para a manutenção da soberania portuguesa, em curto espaço de tempo, foram erigidas fortificações de norte a sul.

Mas a fortificação requer engenheiro, material de defesa e guarnição treinada e Portugal não dispunha de pessoal e material que pudesse retirar de seu território para guarnecer a colônia.

A solução foi formar o pessoal na própria colônia. Do ano de 1698, datam os primeiros registros de lições ministradas aos artilheiros da praça do Rio de Janeiro.

O primeiro Estabelecimento de Ensino Militar superior das Américas foi à Real Academia da Artilharia, Fortificação e Desenho, criada pelo conde de Resende, em 1792.

Esta Escola funcionou na Casa do Trem, construída em 1762, para ser depósito de material bélico, depois Arsenal de Guerra, e durou até 1810, quando o Ministro da Guerra do Príncipe Regente D. João Conde de Linhares fundou a Real Academia Militar, dando uma maior amplitude ao ensino militar.

A Real Academia foi concebida para formar oficiais para o Exército e engenheiros para os serviços na colônia recém-transformada em sede da Coroa Portuguesa.

As aulas tiveram início em 23 de abril de 1811 com o ensino militar regular, além das matérias de Ciências Físicas, Matemáticas e Naturais.

O Estatuto da sua criação postulava:

“A Junta Militar da Academia terá este objeto dos exercícios em mui particular consideração e me consultará tudo o que julgar conveniente para elevar os mesmos ao maior grau de perfeição, a fim que os discípulos e oficiais que concorrerem a estes trabalhos, se formem completamente na arte da guerra e que nada nos exercícios da mesma possam encontrar que lhes seja novo”.

Em 1812 a Real Academia Militar passou a funcionar no “Edifício da Sé Nova”, no largo do São Francisco.

Evolução Curricular - Criação da Escola Militar (1839)

Na Real Academia do Largo de São Francisco, com instalações escolares mais apropriadas, formaram-se engenheiros e oficiais do Exército até 1858, com as seguintes transformações:

- Real Militar (1812/1831)
- Militar da Corte (1832/1838)
- Escola Militar (1839/1858)
- Escola Central do Exército (1859/1874) - complementou a formação de Oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha, criada em 1859.

Cabe ressaltar que nesse período ocorreram profundas modificações nas Doutrinas Militares e nos currículos escolares desses Estabelecimentos de Ensino.

Os currículos de ensino militar irão, desde 1810, sofrer total influência da linha de ensino francesa a ponto dos novos regulamentos previstos para a Escola Militar terem sido elaborados à luz dos em vigor na Escola Politécnica e na Aplicação existentes na França.

Com a criação da Escola Militar em 1839, ocorreram as seguintes reformas nos currículos:

- Curso de Infantaria e Cavalaria (dois anos)
- Curso de Artilharia, Engenharia e Estado- Maior (cinco anos)

Seguindo a Doutrina de Ensino Francesa, a Escola Militar viveu fases de dualidade de formação oscilando entre a profissional (militar) e a de doutores (engenharia).

A nova Reforma de 1º de março de 1845 instituiu o título de bacharel a todos aqueles que completassem os sete anos de curso e ao grau de doutor em Ciências Matemáticas, aos que obtivessem aprovação plena em todos os anos.

- Oficiais de Infantaria e Cavalaria (cadeiras 1º, 2º e 5º anos)
- Oficiais de Artilharia e Estado-Maior (cadeiras 1º, 2º, 3º e 5º anos)
- Oficiais de Engenharia (cursavam os sete anos completos)

Em 1859, a Escola Militar mudou-se para a Praia Vermelha e teve as seguintes denominações, ao longo do tempo:

- Escola Militar (1860/1880)
- Militar da Corte (1881/1888)
- Militar da Capital Federal (1889/1897)
- Militar do Brasil (1898/1904)

Na Escola Militar do Largo de S. Francisco estudaram os militares mais ilustres do Exército Brasileiro no século XIX, destacando-se o Marechal Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias e Patrono do Exército.

Como Escola Central do Exército (1858/1874) passou a formar engenheiros civis, encargo transferido à Escola Politécnica (1875/1936), continuado pela Nacional de Engenharia (1936/1965) e pela Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro até os anos setenta.

Declínio do Ensino Militar após a Guerra do Paraguai

O Exército Brasileiro durante a Guerra da Tríplice Aliança enfrentou um conflito longo e desgastante para o qual não estava preparado em razão da política do Império de redução de prestígio e poder do Exército em prol da Guarda Nacional.

Apesar de sair da guerra vitorioso, os ensinamentos colhidos na prática não foram devidamente aproveitados pela Escola Militar para a formação de novos oficiais.

O Gen. Tasso Fragoso expressou-se sobre o fato:

“Nada lucrou o ensino militar depois de uma guerra: de cinco anos feita em país estrangeiro, e em que surgiram os problemas estratégicos mais interessantes e tanta experiência se granjeou do ponto de vista tático”.

Afirma o Gen. Lima Figueiredo:

“A razão é simples: o ensino das Escolas continuou a ser feito, em geral, por oficiais que não haviam participado do conflito. Entre os instrutores, contavam-se alguns que foram antigos guerreiros, mas nem eles nem a direção dos Estabelecimentos de Ensino Militar mostravam o mais leve desejo de transmitir às novas gerações o que o campo de batalha lhes havia patenteado”.

O Movimento Republicano concorreu para que houvesse um clima de insatisfação entre monarquistas e republicanos, acrescido da disputa entre os “doutores”, sob influência pacifista, e os “tarimbeiros”, oficiais provenientes da Tropa.

Esta divisão interna da formação do Exército chegaria ao fim com a Questão Militar, que foi o elemento catalisador que aproximou as duas facções e criou o verdadeiro espírito de corpo que mais tarde afloraria com o positivismo no movimento republicano.

Aparecimento do Positivismo suas conseqüências

Benjamim Constant - Ministro da Guerra da República, reformulou o ensino militar em seu conteúdo pragmático, apoiado nas ideias positivistas de Augusto Comte, que pretendia *“reformar o ensino integral, no qual preponderassem as ciências gerais, ministradas de acordo com a classificação comteana, começando na matemática e culminando na sociologia e na moral - foco único capaz de iluminar e esclarecer o destino d e todas as concepções humanas”*.

Os pressupostos doutrinários de Benjamim Constant apontavam ao militar funções não ortodoxas. Através de mudanças que fez introduzir no ensino militar, pretendia forjar um novo Exército – mais científico, mais idealista, intelectual e moralmente seletivo.

Por outro lado, a reforma de Benjamim Constant acentuou a elitização interna do Exército, pelas exigências intelectuais implícitas nos currículos prescritos, assim como pelo prolongamento dos anos de permanência na escola. Os diversos cursos além de três anos de preparação compreendiam

duração que ia no mínimo de cinco anos (Infantaria e Cavalaria), aos seis anos (Artilharia) e sete anos (Engenharia e Estado-Maior).

Os resultados foram modestos e a Instituição continuaria pouco militar com a instrução prática menosprezada.

As consequências da implantação do positivismo na Escola Militar da Praia Vermelha não se fizeram por esperar. Houve um clima de efervescência política imperante entre os alunos da Escola, com graves reflexos para a formação do futuro Oficial.

A Escola perdeu o comando das ações, deixando de formar adequadamente aqueles que iriam liderar homens e servir na tropa, e perdeu por completo o sentimento de espírito profissional e de camaradagem entre os irmãos de arma.

Foi um verdadeiro desastre, agravado pelas campanhas de pacifismo emanadas das potências mundiais.

O que se viu, em seguida, foi o desencadeamento da primeira Grande Guerra envolvendo essas mesmas grandes potências que falavam de paz.

No Brasil, ocorreu uma série de fatos políticos que redundaram na desestabilização do regime republicano recém-implantado, e que culminaram com a desastrosa participação do Exército na Campanha de Canudos (1896/1897), contra um grupo de fanáticos localizados no sertão da Bahia, chefiado por Antônio Conselheiro, onde ficaram constatadas graves deficiências na preparação militar da tropa.

O agravamento político, devido à participação dos alunos na Revolta da Vacina Obrigatória, em 1904, e a relutância da Escola da Praia Vermelha em dedicar-se exclusivamente ao ensino vai conduzir ao seu fechamento em 1904.

Criação do Estado-Maior do Exército (1899)

O Estado-Maior do Exército (EME), órgão de Direção Geral responsável pela preparação do Exército para o cumprimento de sua destinação constitucional, tem, atualmente, por atribuições, estudar, orientar, coordenar e controlar todas as atividades fundamentais relativas à atuação do Exército na paz e na guerra.

Em 24 de outubro de 1896, aproximadamente sete anos após a proclamação da República, foi criado o EME, que veio restabelecer o espírito profissional do Exército, implementando uma nova filosofia de ensino e de atividades, conduzindo a força terrestre para a sua função institucional.

É do General de Exército Humberto de Alencar Castello Branco, então Chefe do Estado-Maior, em 13 de setembro de 1963, o seguinte pensamento:

“O Estado-Maior do Exército é o fiador da estrutura e da doutrina das forças terrestres. Pensante e atuante, tem que dar substância à instituição e saber que uma e outra evoluem, particularmente, no que se refere à eventualidade dos tipos e formas dos conflitos admitidos, ao progresso da técnica e às mudanças das próprias instituições políticas nacionais”.

O Estado-Maior, após a sua criação, passou a normalizar as atividades do Exército, sendo o responsável pelo seu funcionamento, aperfeiçoamento e suas projeções para o futuro.

Além de retomar o rumo do profissionalismo o EME procurou estimular a área de Ensino, na formação de seus quadros, incentivando a criação de inúmeras Escolas (ESAO, ECEME, etc), além do currículo apropriado.

Escola Militar do Realengo (1912/1944)

O Exército Brasileiro muito deve ao General Hermes Ernesto da Fonseca, Ministro da Guerra e posteriormente Presidente da República (1910/1914), pela Grande Reforma que fez proceder nos Estabelecimentos de Ensino e na profissionalização do Exército.

Por intermédio do “Regulamento de 1905”, promoveu importantes mudanças na área de Ensino Militar, distribuindo os alunos em quatro diferentes escolas:

- Escola de Guerra de Porto Alegre, com um curso de dois anos de ensino fundamental e profissional, formando oficiais para todas as armas, seguido de um curso de ensino profissional;
- Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria do Rio Pardo;
- Escola de Artilharia e Engenharia, instalada em Realengo, onde, em dois anos eram formados os oficiais de Artilharia possuidores do curso

de aplicação de Infantaria e Cavalaria e em três anos, os alunos mais bem classificados nos 1º anos desta escola que se destinavam à arma de Engenharia.

- Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia, instalada no Curato de Santa Cruz.

No entanto, a dispersão levou o sistema ao isolamento dos corpos discentes e docentes das diversas armas mostrando-se igualmente complexo e dispendioso e, assim sendo, já em 1911; as quatro escolas voltariam a se concentrar em Realengo.

Desta maneira foi estabelecida a Escola Militar de Realengo (EMR), que iria durar de 1912 a 1944, desempenhando um importante papel na História Militar, pela formação de chefes e líderes que participaram dos principais acontecimentos políticos do período, inclusive na profissionalização da nossa força terrestre e particularmente, na campanha Vitoriosa da Força Expedicionária Brasileira, na Itália.

A larga visão do General Hermes da Fonseca concorre para o funcionamento da “Missão Indígena” na Escola Militar do Realengo, através de dezessete oficiais que realizaram Curso no Exército Alemão e que promoveram uma revolução no ensino da EMR.

A Escola Militar do Realengo e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) iriam, ainda, se beneficiar da missão Francesa (1920-1940), com o Exército recebendo forte influência da doutrina militar francesa e do sistema de ensino militar francês.

Como frisamos, foram inúmeros os chefes formados na EMR que tiveram projeção nacional, inclusive, chegando a Presidente da República.

Missão Militar Francesa (1920 - 1940)

O Governo brasileiro, mesmo antes de terminada a Primeira Guerra Mundial, percebeu o significado da atualização do seu Exército. Muito se discutiu a conveniência em se contratar uma missão de técnicos militares europeus para promover essa modernização.

Contratou-se uma Missão Militar Francesa, no Governo Wenceslau Braz. A decisão quanto à necessidade da Missão explica-se, facilmente: o

Exército francês vitorioso da guerra, e, ao seu lado, elementos do Exército Brasileiro participaram da luta; os laços culturais muito mais fortes com a França do que com qualquer outros país. Lógico, portanto, que o Brasil fosse buscar na França uma elite de oficiais com experiência de guerra, para instruir o seu Exército.

A missão chefiada pelo General Maurice Gamelin (o primeiro chefe da Missão), e com mais de dois oficiais, forneceu instrutores para os estabelecimentos: Escola de Estado-Maior do Exército, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Aviação Militar, Curso de Oficiais Intendentes, Curso de Saúde e Veterinária e Curso de Equitação.

Criação da AMAN (1944)

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) se estabeleceu na cidade de Resende, estado do Rio de Janeiro, em 11 de março de 1944, com a transferência da Escola Militar do Realengo.

A primeira turma de aspirante foi declarada em 1945, com a conclusão do curso pelos cadetes egressos de Realengo.

Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o curso passou a desenvolver-se em quatro anos, a partir de 1966.

Inúmeros oficiais das Nações Amigas foram declarados aspirantes na AMAN e a cada ano são vários os países interessados em matricular seus melhores alunos, atraídos pela excelência do currículo técnico-profissional desenvolvido na Academia.

Ao longo desses 53 anos, o aprimoramento do ensino, a evolução da Doutrina Militar, com a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na II Guerra Mundial, a constante busca da modernidade e da atualização, tornaram a AMAN um polo do saber e da formação profissional do oficial do Exército Brasileiro.

Reformulação do Sistema de Ensino

Criação das Escolas Especializadas

O Exército dedica especial atenção ao preparo de seus integrantes. Tal intento se traduz em um Sistema de Ensino Militar que, sob coordenação do Departamento de Ensino e Pesquisa, reúne várias Diretorias com a finalidade de proporcionar a formação, a especialização, o aperfeiçoamento e ainda cursos de Altos Estudos e de Política e Estratégica.

No Ensino Militar, a Base da Instituição.

Formação

AMAN (oficiais de carreira)

Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR e NPOR): disseminados ao longo do território nacional para formação do oficial temporário.

Escola de Saúde do Exército (EsSE): forma os oficiais do serviço de saúde.

Instituto Militar de Engenharia (IME): forma oficiais do quadro de engenheiros militares.

Escola de Administração do Exército (EsAEx): forma oficiais de administração.

Aperfeiçoamento e Altos Estudos Militares

Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO): curso de nível pós-graduação com a duração de dez meses.

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (EsCEME): curso de nível doutorado com a duração de dois anos.

Curso de Política e Alta Administração do Exército (CPAEx): duração de um ano.

Especialização

Escola de Educação Física do Exército; Escola de Material Bélico ; Escola de Comunicações; Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea; Escola de Equitação do Exército; Escola de Instrução Especializada; Escola de Inteligência Militar do Exército; Centro de Instrução de Guerra Eletrônica; Centro de Instrução de Guerra na Selva; Centro de Estudos de Pessoal e Centro de Instrução da Brigada de Infantaria Paraquedista.

Criação do IME

O Instituto Militar de Engenharia (IME), localizado no Rio de Janeiro, é uma instituição tradicional de Ensino Superior do Exército Brasileiro. É considerado a terceira escola de engenharia do mundo e a primeira das Américas. É herdeiro da Real Academia de Artilharia, Fortificações e Desenho, fundada em 1792.

Modernização do Ensino no Exército

Criação de novos Colégios Militares

Tivemos no ano de 1988 o fechamento de alguns Colégios Militares, tendo em vista algumas dificuldades financeiras do Exército. Em pouco tempo, em diversas localidades do país, inúmeros ex-alunos de Colégios Militares, em sua maioria hoje civis ocupando os mais variados e importantes cargos dentro da sociedade brasileira, se mobilizaram no sentido de sensibilizar a classe política desses locais, solicitando, através dos seus respectivos governadores e prefeitos, ao Ministério do Exército a abertura e/ou reabertura de Colégios Militares nessas cidades, alegando entre outros fatores, a seriedade e o alto nível de educação e disciplina com que estes Estabelecimentos de Ensino têm, ao longo dos anos, contribuído para a formação da cidadania do nosso País. Assim sendo, foram criados/reabertos os Colégios Militares do Recife, Salvador, Juiz de Fora, Campo

Grande, Curitiba e Santa Maria, juntando-se aos já existentes Colégios Militares de Manaus, Fortaleza, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre.

CEP (novo enfoque na Área do Ensino)

O Centro de Estudos de Pessoal (CEP), situado no Rio de Janeiro, na Praia do Leme, é uma escola da nossa Força Terrestre que há anos trabalha na especialização de recursos humanos, no sentido de mobilizar diversos setores das organizações Militares do Exército, principalmente as nossas escolas, com pessoal tecnicamente bem preparado para suprir as necessidades da Instituição em áreas do conhecimento, para as quais apenas a formação militar não seria suficiente, a fim de atingir a excelência no desenvolvimento de determinadas funções administrativas.

Entre os diversos cursos ora ministrados pelo CEP destacamos os cursos de Técnica de Ensino, Psicotécnica Militar, Comunicação Social e Analista de Sistemas, além dos atuais cursos de pós-graduação em educação, realizados no sistema de ensino a distância, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, cursos estes oferecidos não só a militares como também a todos os civis que compõem os demais segmentos da sociedade brasileira, possuidores de curso superior.

O CEP dispõe ainda de uma divisão de idiomas, a qual é responsável pelo ensino a distância de vários idiomas com a disponibilidade de um vasto e atualizado material didático. Essa divisão ainda tem como responsabilidade a checagem do preparo dos nossos militares que têm missões a desempenhar no exterior, quando é aprimorado o domínio da língua do país onde será cumprida a missão, melhorando assim seu falar, escrever e ler o idioma.

O CEP também tem como atributo receber militares das nações amigas que vêm cumprir alguma missão em nosso país para o que, antes, devem aprofundar seus conhecimentos da língua portuguesa.

EsAEx - EsPCEx - CPEAEx

EsAEx — No início de 1989 foi criada em Salvador, Bahia, a Escola de Administração do Exército (EsAEx) que teve como finalidade formar oficiais do Quadro Complementar de Oficiais (QCO)

O QCO tem como objetivo suprir as necessidades do Exército em funções estritamente administrativas dentro da Força, de modo que o oficial formado pela AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) possa realmente desenvolver tarefas relacionadas com sua formação bélica.

O ingresso na EsAEx é feito através de concurso anual, de âmbito nacional, para ambos os sexos, já com formação universitária, e, atualmente, abrange as seguintes áreas: Direito, Economia, Administração, Ciências Contábeis, Informática, Magistério, Estatística, Pedagogia, Psicologia e Comunicação Social. O curso tem duração de aproximadamente oito meses. A idade máxima para a matrícula é de 36 anos.

EsPCEEx — A Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) fica situada em Campinas-SP.

A EsPCEEx tem por finalidade preparar o aluno para ingressar na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a qual forma os oficiais combatentes do nosso Exército.

O ingresso na EsPCEEx é feito através de concurso anual de âmbito nacional, para jovens do sexo masculino, solteiros, de no máximo 20 anos (ano da matrícula) e estar cursando ou ter concluído a 2ª série do 2º grau.

O curso tem duração de um ano e o currículo engloba, além do currículo da 3ª série do 2º grau, disciplinas necessárias à iniciação da formação militar profissional.

Durante o curso, o aluno passará à situação de militar com todos os direitos e deveres previstos nos regulamentos do Exército. Receberá fardamento, alimento e vencimentos.

CPEAx — O Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAx) tem como objetivo preparar oficiais do posto de coronel para o desempenho de determinadas funções que exijam um conhecimento mais aprofundado da evolução do pensamento político e estratégico, bem como das técnicas de comando, chefia e liderança nas áreas de economia e administração da nossa Força.

O ingresso no CPEAEx é feito através de requerimento do interessado, o qual é submetido a uma análise de diversos atributos e aspectos para fins de seleção tendo em vista o reduzido número de vagas previstas.

O referido curso é realizado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), e tem a duração de um ano.

Trabalhos Desenvolvidos pelo GTEME

O Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Ensino (GTEME) é um grupo formado por militares e civis, todos especializados na área de educação que, a partir de 1994, iniciaram seus trabalhos na busca da modernização do ensino no Exército, através do planejamento de 7 (sete) projetos.

Nr 1: Fundamentos para a Modernização do Ensino;

Nr 2: Reformulação da Legislação Básica do Ensino;

Nr 3: Reformulação da MERC (Metodologia para Elaboração e Revisão de Currículo);

Nr 4: Reformulação do Sistema de Avaliação;

Nr 5: Desenvolvimento de Recursos Humanos na Área do Ensino;

Nr 6: Reformulação dos Currículos em cada Estabelecimento de Ensino;

Nr 7: Revisão Crítica dos Perfis Profissiográficos.

A modernização do Ensino no Exército pretende focar o discente como o centro do processo ensino-aprendizagem quando o mesmo vai “aprender a aprender”, desenvolvendo mais pesquisas e trabalhos em grupo, utilizando-se da interação de todas as disciplinas do currículo, do bom relacionamento docente-discentes e das novas técnicas de atividades de ensino. Tudo isso, aliado ao estudo da História Militar, à utilização da informática, à revitalização das bibliotecas e ao chamado Programa de Leitura, vai trazer ao ensino da nossa Força, não apenas mudanças para a modernização, mas mudanças para continuar sendo sempre um ensino de alta qualidade, sério e confiável.

CONCLUSÃO

“... Projetar para o futuro não é fazer a configuração clara e precisa do cenário científico-tecnológico, social e militar as próximas décadas. É analisar e avaliar o ritmo das inovações nos diferentes campos do conhecimento com desdobramento na área militar; é levantar novas perspectivas

de atuação profissional e identificar as necessidades da formação para que o concludente do curso possa integrar-se a essas mudanças e nelas ser elemento atuante, ajustado ao quadro mutante da realidade.”

General de Exército Harry Albert Schnarndorf – Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa (1987)